

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 3
Número 25
R\$ 7,00



PREFEITO EMPREENDEDOR

Três municípios paulistas vencem etapa nacional

Itamar Borges,
diretor da APM,
vence na categoria
Região Sudeste



ÁGUA: ESCOLHA O MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ADEQUADO PARA SUA CIDADE

A Educação em diálogo com o mundo

O Sigma surgiu no final de 1990. Foi criado em meio a mudanças propostas pela Conferência de Jointem, na Tailândia, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Acompanhando o novo caminho da Educação, o Sistema baseia-se em quatro eixos: o ser, o conviver, o fazer e o aprender, trabalhados em atividades selecionadas que aliam o conhecimento a propostas desafiadoras e significativas. As ilustrações e os encaminhamentos sugeridos nos temas abordados objetivam a construção de um estudante investigador, ativo, criativo e responsável.

O Sigma foi criado com a consciência de ser escrito para todo o Brasil, portanto aborda diferentes aspectos regionais, culturais, raciais, religiosos e de gênero.



Material

O material didático foi elaborado por educadores comprometidos com as mudanças e tendências adotadas para a educação nacional, baseados em suas experiências cotidianas em escolas como professores, coordenadores ou formadores.

Os materiais possuem um projeto gráfico moderno, caracterizado especialmente pela leveza com que são integrados textos, ilustrações e espaços.

Educação Infantil

A equipe que elaborou as atividades de Educação Infantil partiu de experiências em sala de aula e de teorias de educadores como Piaget, Vygotsky, Ferreiro, Wallon entre outros.

O Sigma tem o objetivo de oferecer o melhor ao aluno, bem como subsídios que facilitem o trabalho docente, contribuindo para a formação de crianças que tenham uma boa imagem própria, sintam prazer em ler e escrever e desenvolvam uma boa oralidade.

O material é composto por atividades adequadas a cada faixa etária e por um kit com itens necessários à realização das mesmas, como lixa, folhas de recorte, jogos em papel-cartão e papéis coloridos.

O Maternal e o Jardim I são apresentados em folhas individuais com tamanho que facilita o manuseio.

Ensino Fundamental

São resultados desse segmento de ensino a elevação da auto-estima, o gosto pela investigação e a continuidade do desenvolvimento da escrita, leitura e oralidade. O material é dividido em quatro apostilas-caderno por série.

Alguns Diferenciais

- Estudo de caso: educandos são colocados em situações do cotidiano para que, individualmente ou em grupo, proponham soluções.
- Leitura complementar: textos de aprofundamento associados aos temas transversais.
- Matemática no cotidiano: aproxima o componente curricular ao dia-a-dia do estudante, permitindo um trabalho interdisciplinar.
- História: tratada por temas, favorecendo a compreensão do processo histórico como um todo.

Ensino Médio

Oferecemos:

- encontro pedagógico para implantar o material no município;
- capacitação para o corpo docente no município;
- atendimento pedagógico para professores, coordenadores e diretores no município;
- acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno;
- suporte pedagógico pelo sistema OS

**SISTEMA
Sigma
DE ENSINO**



::: EDITORIAL ::::

Associação Paulista de Municípios

Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Marcos Monti

1º VICE-PRESIDENTE

José Luiz Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE

Welson Gasparini

3º VICE-PRESIDENTE

Rubens Furlan

4º VICE-PRESIDENTE

Marcos José da Silva

SECRETARIA - MEMBROS

DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL

Antonio César Simão

1º SECRETÁRIO

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misara

3º SECRETÁRIO

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

1º TESOUREIRO

José Ademir Infante Gutierrez

2º TESOUREIRO

Antonio Francelino

3º TESOUREIRO

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE

Sckandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE

Antonio Sérgio Baptista

Cumprindo com as metas do milênio



Fruto das discussões havidas na Conferência Nacional do Meio Ambiente e com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) foi criado o Programa de Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais Municipais, que vai formar e capacitar os agentes responsáveis para elaborar e implementar a Política Municipal do Meio Ambiente. O Programa tem foco nacional e se fundamenta na lógica da gestão ambiental compartilhada entre municípios, Estados e União, prevista no Artigo 23 da Constituição Federal (Pacto Federativo).

No Estado de São Paulo, como membro da Comissão Tripartite Estadual, coube à APM a responsabilidade de ser a gestora do Programa de Capacitação, tendo, para tanto, assinado Convênio com a Petrobras, que irá patrocinar a execução dos cursos, e com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente. Como representante na Comissão Tripartite, e na

condução do Curso de Capacitação, escalamos o nosso Secretário-Geral, companheiro Antonio César Simão, ex-Prefeito de Itapuí.

Os escolhidos de cada município farão o curso de carga horária de 56 horas, em que aprenderão através de apostilas e técnicos gabaritados a importância desse trabalho, e depois de capacitados poderão formar os Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Os Conselhos Municipais terão um papel fundamental na fiscalização como também no licenciamento de tudo o que envolver questões ambientais dentro dos limites municipais. É importante lembrarmos que tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar regulamentando o Pacto Federativo, estabelecendo as competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Neste primeiro momento, serão indicados 200 municípios que farão a capacitação de seus técnicos, porém já estamos nos preparando para levar esse

curso a todos os municípios do nosso Estado.

Como municipalista convicto, acredito que estamos avançando muito com essa descentralização de competências voltadas ao meio ambiente, por entender que o município tem condição de sempre fazer melhor do que o Estado e muito melhor do que a União.

Não iremos lutar por descentralizações onde os municípios somente recebem os encargos, vamos lutar por descentralizações que tragam encargos, mas que junto tragam os recursos necessários para cumprir com as metas estabelecidas.

Mais uma vez a APM cumpre o seu papel de estar ao lado dos municípios, orientando e trabalhando para cada vez mais termos autonomia e recursos para atender aos anseios da população.

Saudações Municipalistas.

Marcos Monti
Presidente da APM

■■■ SUMÁRIO ■■■



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlando
Marcos Monti



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br



Alex Silva

20 PREFEITO EMPREENDEDOR

Municípios paulistas vencem etapa nacional do prêmio

6 ENTREVISTA

Deputado Rodrigo Garcia, presidente da Alesp

10 GESTÃO AMBIENTAL

Inicialmente, Programa capacitará mil gestores de 200 municípios paulistas

12 LIMPEZA PÚBLICA

União entre setores sociais reverte um problema crescente em alternativa

15 MEMÓRIA

Momentos que fizeram história na Associação

16 TECNOLOGIA

Transações on-line podem gerar até 20% de economia a prefeituras

19 GALERIA DE FOTOS

Momentos marcantes do 50º Congresso

24 DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Particularidades devem ser consideradas na hora da escolha do melhor modelo

28 COMUNICAÇÃO

Maneiras alternativas para levar informação à população

32 IPT

Espaço Tecnologia

35 APM RESPONDE

Dúvidas sobre jornada e carga horária de trabalho

36 IBGE

Indicadores Sociais 2005

38 NOTAS

40 TCE

Convênios – Aspectos de interesse

42 CASOS E CAUSOS

Os presidenciáveis, por Claudio Manesco

REDAÇÃO

DIRETORA DE REDAÇÃO: Martha Funke

EDITORA: Camila Plati

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

EDIÇÃO DE ARTE: Rogério Lobato

Loconte

CAPA: Ilustração / Alex Silva

REVISÃO: Maria Stella Valli

PRODUÇÃO GRÁFICA: Ivan Santana

CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karenCardial@editorasegmento.com.br

EXEC. DE NEGÓCIOS: Paula Balza
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Rosa de Souza

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

MARKETING: Bruno Orsini

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS:

Brasil

Singulare Publicidade

Magda Dias (61) 3344-5181

brasil@editorasegmento.com.br

Bahia

Aura Publicidade

Cesa Silveira (71) 3345-5000

cseasilveira@aurabahia.com.br

Paraná

Marília Oliveira (41) 3027-8490

parana@editorasegmento.com.br

Rio de Janeiro

Helaine Antônio (21) 2 26-5721

braila@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento

Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,

CEP 05030-000, São Paulo, SP

Tel.: (11) 3879-8200 / 3879-8228

Fax: (11) 3879-8203

www.editorasegmento.com.br

Maio 2006

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos expressados em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: ouvidoria@apaulista.org.br

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8204

karenCardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRAZADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br



COLETORES DE LIXO

Pague em até **24*** meses

novos! 0 km!!!

EQUIPAMENTOS NOVOS



csc

Garantia
6 meses

Reformamos e Vendemos Semi-novos com Garantia



CIMEL
INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA.

Estrada dos Boiadeiros nº201 - St. Ferroviário
CEP 75309-000 - Santa Bárbara de Goiás

Tel.: (62) 3683-1123
www.cimel.ind.br

Visite nosso Site: www.cimel.ind.br

* 30% de entrada saldo em até 24 meses.

SP
MAQ
Comércio e Serviços Ltda.

Assistência Técnica / Venda de Peças

Estrada Estadual Campo Limpo - SP354 - N° 43.520 (KM 43,5)
Franco da Rocha - SP - CEP 07.834-000

Te.: (11) 4407-1932 / 4447-2587
spmaq.sp@gmail.com

Distribuição distorcida

Municípios só conquistarão uma melhor participação nos recursos se a Reforma Tributária acontecer de forma gradativa

Por Camila Plati

Advogado, corretor de imóveis, empresário e agropecuarista. Nascido em Tanabi, interior de São Paulo, cidade próxima a São José do Rio Preto, Rodrigo Garcia ingressou na carreira política como deputado estadual, em 1998, com apenas 24 anos.

A pouca idade, porém, não o impediu de em 2002 reeleger-se com mais de 137 mil votos, sendo o segundo deputado mais votado da bancada e o sexto em todo o Estado.

Ocupou a presidência da Comissão de Transportes e Comunicações da Assembléia Legislativa na primeira legislatura e foi líder da bancada do PFL na Casa, de 2001 a 2004.

No ano passado, Rodrigo Garcia, então com 30 anos, foi eleito o mais jovem presidente da história da Assembléia Legislativa paulista, e também preside o Colégio Nacional dos Presidentes de Assembléias Legislativas.

Em entrevista à revista

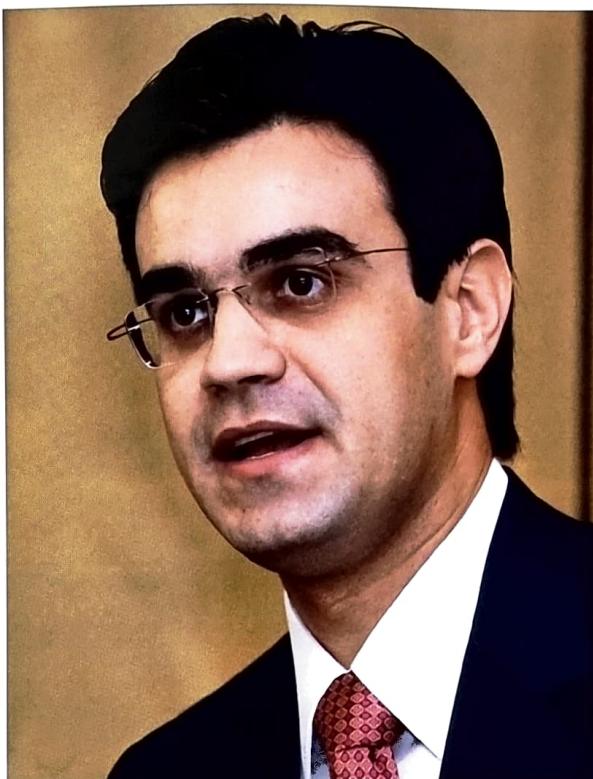


Foto: Divulgação

"Muitos não sabem que o papel do Legislativo é representar a sociedade e mediar a solução de suas expectativas"

Municípios de São Paulo, o presidente da Alesp fala sobre seu mandato, modernização administrativa, Pacto Federativo e aproximação do Parlamento paulista do cotidiano dos paulistas e da esfera municipal.

A que o senhor atribui a falta de interesse e o desconhecimento da so-

ciedade em geral pela política brasileira?

Essa questão é um problema do país inteiro. A sociedade de maneira geral não tem muita clareza do papel desempenhado pelo Legislativo. Se for perguntado para um cidadão o que faz um deputado, o que faz um senador, o que faz um vereador, ele prova-

velmente não vai conseguir explicar com clareza. Isso é um problema da juventude de nossa democracia.

A Assembléia de São Paulo é a esfera estadual do principal Estado da federação. Por isso, passa pelo mesmo problema. Muitos não sabem qual é o seu papel que é, além de fiscalizar e legislar, efetivamente representar a sociedade e procurar mediar a solução de suas expectativas.

O Portal da Assembléia tem cumprido seu papel como ferramenta de comunicação com a população?

O Portal é um importante instrumento de comunicação hoje. Tão importante quanto saber fazer é fazer saber. A Assembléia, por meio de instrumentos de comunicação como a TV Assembléia, Rádio, Diário Oficial, Departamento de Comunicação e o Portal, tem cada vez mais melhorado sua comunicação com a sociedade.

Não podemos ter a ex-

pectativa de sermos eleitos e não termos um meio de comunicação direto com a população. Hoje em dia, com a internet, o Portal é um dos melhores mecanis-

mos de comunicação. Conseguimos incluir no Portal informações importantes que fazem com que as pessoas o acessem. Nós saímos de 100 mil acessos no ano de 2004 para mais de 1 milhão no ano de 2005 porque colocamos conteúdo no Portal da Assembléia, como leis que foram votadas, deputados que participaram da votação, deputados que se ausentaram, voto sim e voto não, informações sobre administração da Casa, agenda e pauta do que seria votado. Essas coisas chamaram a atenção e hoje o Portal é muito acessado por conta disso.

Não podemos esperar sermos eleitos e não termos um meio de comunicação direto com a população

federado. Portanto, deve ser tratado dessa forma. Essa questão acontece com o município e também com o Estado. A concentração de recursos na União é de tal forma que os municípios têm pouca participação, cerca de 15%, os Estados cerca de 25%, e União cerca de 60%. Isso é uma distorção muito clara. A União usa de um mecanismo, que são as contribuições, para não dividir mais o dinheiro com os Estados e Municípios.

Acho que é a hora de se pensar no tema, mas não acredito que a solução seja propôr, de um ano para outro, a mudança nessa distribuição. Acredito que temos de ter capacidade para construir um ambiente onde se vote uma Emenda Constitucional no Congresso que, ao longo de uma década, vá aumentando paulatinamente, mas constante, a participação dos municípios na

Receita Tributária. Não significando mais impostos para o contribuinte. Pelo contrário, o mesmo imposto, mas com uma divisão diferente.

O senhor acredita, então, que uma Reforma Tributária amenizaria esse quadro?

Pode ajudar desde que tenha previsão do aumento da participação dos municípios e desde que nós tenhamos consciência de que ela não será aprovada se fizer uma mudança muito radical.

O município só vai conquistar um melhor momento se isso acontecer ao

de Municípios, com a União dos Vereadores do Estado de São Paulo. Tivemos recentemente a inauguração do Espaço das Cidades. É a primeira vez que o Parlamento tem uma área física destinada exclusivamente às autoridades municipais, mas, mais do que um espaço físico, nós queremos que a interação seja cada vez maior. Para isso, estamos criando uma Rede Legislativa com as câmaras municipais e queremos fazer dessa rede um canal permanente de contato com os municípios. Ou seja, além do papel do deputado, que é o de relacionar-se

A partir da CF de 1988 houve uma federalização de recursos e uma municipalização de serviços

longo de uma década. Nós levamos uma proposta de Emenda Constitucional a Brasília que muda os artigos 63 e 64 da Constituição Federal, aumentando a participação dos municípios na arrecadação.

Como é a relação da Assembléia Municipal com os municípios?

É uma relação muito próxima. Nós temos uma parceria muito boa com a Associação Paulista

com o prefeito, o que é inerente à atividade política, institucionalmente estamos criando um mecanismo de relacionamento.

De que forma os municípios podem usufruir do Espaço das Cidades, na Alesp?

Além de ter um espaço de trabalho, os municípios podem contar com uma assessoria da Assembléia de São Paulo com relação a vários temas, como Plano

Qual sua opinião sobre o Pacto Federativo?

Existe uma distorção nessa distribuição dos impostos que é muito clara. A partir da Constituição Federal de 1988 houve uma federalização de recursos e uma municipalização de

De olho no meio ambiente

Primeira fase do Programa capacitará mil agentes ambientais de 200 municípios paulistas

Por Camila Plati

"Precisamos via-
bilizar o que queremos dei-
xar para as nações futuras e
assegurar o futuro dos que
ainda não nasceram. Temos de
trabalhar não para as pessoas,
não para os empresários, não
para os prefeitos, mas com as
pessoas, com os empresários
e com os prefeitos."

Foi assim que a ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, ressaltou o ineditismo desta iniciativa de fortalecimento do meio ambiente nos municípios de todo o país, durante a cerimônia que oficializou o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, no início de maio, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O Programa é a primeira iniciativa da Comissão Tripartite do Estado de São Paulo, que

foi instituída pelo governo federal por meio da Portaria do Ministério do Meio Ambiente, de 3 de junho de 2004. Trata-se de um importante espaço de diálogo e construção de consensos entre os órgãos e as entidades ambientais dos municípios, do Estado e da União. No Estado de São Paulo, a comissão é composta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Cetesb, Ibama, Anamma e Associação Paulista de Municípios (APM).

Para o presidente da APM, Marcos Monti, a oportunidade foi importante também porque trouxe a municipalidade



mais próxima do meio ambiente. "Apoiamos a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal não só pela questão ambiental. Ela é apenas o começo, que ficará como um marco, mas torcemos para que Estado, municípios e União

saibam quais serão suas reais atribuições", afirma Monti.

"Além disso, a autonomia é imprescindível ao município, pois é no município que se faz mais barato e melhor", completa o presidente da Associação.

Para o presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio

ambiente, o envolvimento de forma sustentável", finaliza.

FORMAÇÃO

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama tem o objetivo de formar e capacitar os agentes responsáveis pela

especificidades da região.

A primeira fase do Programa compreenderá 200 municípios, localizados de forma equitativa nas 15 regiões administrativas do Estado, mas atenderá a todos os municípios de São Paulo para que o fortalecimento da gestão ambiental local do Estado aconteça como um todo, como afirmou o presidente da APM, Marcos Monti, "pretendemos que a capacitação se estenda aos 645 municípios".

O processo de capacitação atenderá cinco pessoas por município: três da prefeitura, dois do quadro efetivo que atuam nas unidades administrativas voltadas à questão ambiental; um assessor técnico efetivo da Câmara Municipal; um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, quando houver, ou indicado pelo respectivo segmento. Ao todo, serão capacitados mil agentes ambientais municipais e o Programa, que teve início em abril, se estenderá até novembro deste ano. ♦♦♦



Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo cedeu o espaço para a cerimônia que oficializou o Programa

Ambiente (Anamma), Wando Silva, o Poder Público Municipal tem um papel fundamental na proteção do meio ambiente. "É por meio deles que se implementa o princípio pensar globalmente e agir localmente. Para isso, deve ser instrumentalizado a fim de fomentar o desen-

elaboração e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio da criação de um Sistema Municipal do Meio Ambiente.

O Programa abrange todo o país e foca a gestão ambiental compartilhada entre municípios, Estados e União, levando em conta as

PERFIL AMBIENTAL

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5.600 municípios do Brasil, cerca de 8%, ou seja,

4.291 contam com Conselho Municipal de Meio Ambiente, fonte de recursos financeiros específicos e legislação ambiental.

• 66% das cidades não têm conselho;

• 82% não captam recursos para o setor;

• 58% não contam com leis específicas sobre meio ambiente.

Mãos limpas

União entre diferentes setores sociais pode reverter um problema crescente em alternativas para os municípios

Por Thiago de Christo

Todos os dias, cada brasileiro gera aproximadamente meio quilo de lixo. Isso produz um total de 200 mil toneladas. Somente uma pequena parcela tem destino e tratamento

adequados, para aterros sanitários, por exemplo. Boa parte vai parar em lixões, agressivos ao meio ambiente e à saúde pública. Mas o lixo é também uma fonte de riquezas desperdiçada. Se reciclasse toda a quan-

tidade produzida, o país embolsaria R\$ 4,6 bilhões, anualmente. No Estado de São Paulo, a necessidade de gerenciar melhor o lixo tem impulsionado soluções de impacto ecológico e socioeconômico, incentivando a troca de experiências.

Os dados acima são de pesquisas feitas pela Exponor Brasil, entidade que

realiza a Feira Internacional de Produtos, Equipamentos e Serviços para Limpeza Pública e Resíduos Sólidos (Feilimp). O evento, que chega à sua quarta edição este ano, é um exemplo da importância crescente do tratamento adequado do lixo nas cidades.

Walter Capello, secretário-geral da Associação Brasileira de Empresas de



Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), parceira na realização da Feilimp, exemplifica: "As novidades ficaram por conta dos chassis de caminhões fabricados em sistemas exclusivos e específicos a cada caso de coleta, como a unidade que dispõe de bancos para os coletores na cabine, junto com o motorista."

TECNOLOGIA

Para Capello, sistemas modernos e tecnologias de última geração podem melhorar o manejo de resíduos sólidos e, consequentemente, provocar aumento no nível da qualidade de vida do município. Ele esclarece ainda: "As pe-

quenas fontes geradoras de resíduos são residências, farmácias, pequenas clínicas etc., enquanto os grandes geradores de resíduos são shopping centers, grandes hotéis e indústrias." O importante é que o município desenvolva, por meio do

surtido efeito. Uma das demonstrações disso acontece em São José do Rio Preto (SP). Nicolau Nemer Junior, engenheiro coordenador do departamento de resíduos sólidos da prefeitura da cidade, relata que uma parceria com a ONG Asso-

Necessidade de gerenciar melhor o lixo tem incentivado a troca de experiências entre municípios

conceito de gestão cidadã, um manejo que atenda a todos os quesitos de resíduos da cidade.

O fato é que o envolvimento de setores diversos da sociedade tem

ciação Rio Pretense de Educação e Saúde (Ares) deu início à Cooperativa de Coleta Seletiva de São José do Rio Preto há cerca de dois anos.

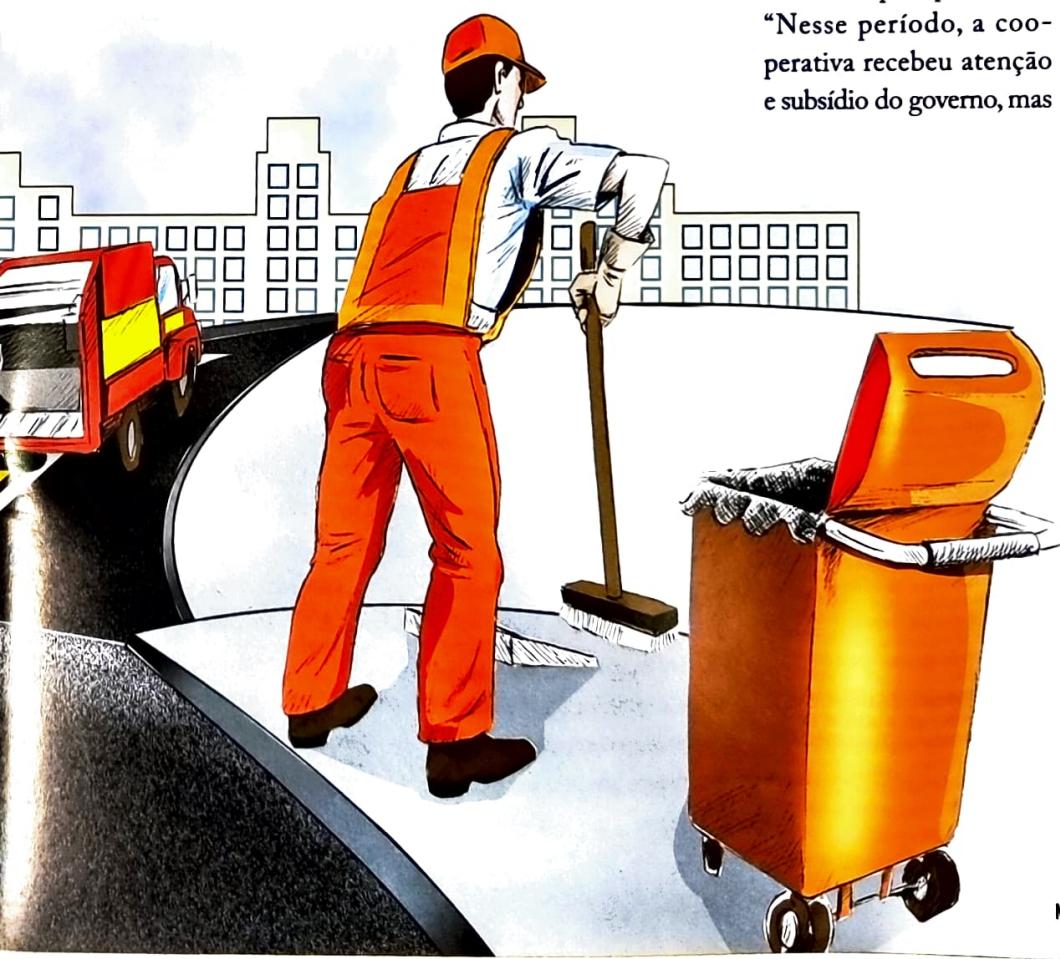
A verba inicial da empresa, de R\$ 100 mil, foi destinada pela prefeitura. "Nesse período, a cooperativa recebeu atenção e subsídio do governo, mas

estruturou-se para que hoje possa prestar serviços para a prefeitura pelo mesmo preço dos serviços terceirizados", explica. A Cooperlagos, como foi chamada, é gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, por meio do departamento de economia solidária. Atua em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente. Em seu primeiro ano de existência, a cooperativa já reciclava 45 toneladas de lixo seletivo por mês.

MEIO AMBIENTE

A geração de renda para os cooperados chegava a R\$ 500. Isso significa uma fonte importante para pessoas que vivem na linha da pobreza. Às vezes, esse complemento pode representar a diferença entre morar em uma favela e conseguir pagar aluguel em região com melhor estrutura. Além disso, os cooperados têm a oportunidade de participar de palestras sobre inclusão social e debates sobre doenças sexualmente transmissíveis. Para coordenar suas ações, a cooperativa tem um educador social, um assistente social, um educador ambiental e um administrador.

Do ponto de vista ambiental, ocorre uma redução do depósito de



lixo em aterros sanitários e bueiros. Outra cidade que conseguiu reverter uma situação de risco por meio do cooperativismo é Botucatu (SP). Em 2001, o aterro sanitário da cidade tinha inconformidades com as normas técnicas e estava com sua vida útil comprometida. Também segundo uma proposta socioambiental, o governo municipal se articulou para reverter o panorama. Uma ação conjunta envolve a Secretaria do Meio Ambiente, em parceria com as secretarias de saúde, obras, assistência social, comunicação, planejamento, educação, departamento jurídico e outros setores.

A criação de centros comunitários é um instrumento utilizado para conscientizar a população

Essa junção de instâncias coordena a implantação de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. O programa foi batizado de Mão a Mão e se apóia na coleta seletiva como principal estratégia. É formado por uma central de triagem, que associa a separação dos resíduos a uma Cooperativa de Agentes Ambientais, além de um projeto de comunicação educacional e um centro

comunitário socioambiental. A estratégia é mudar os hábitos dos cidadãos por meio da conscientização.

O envolvimento da população acontece desde o planejamento até a execução do programa. Além da inclusão social dos catadores de resíduos, o objetivo final é diminuir o impacto ambiental causado pelo aterro sanitário municipal. O programa envolve discussões periódicas e tem metodologias de avaliação e capacitação periódicas.

Os catadores de rua passam a ser chamados de Agentes Ambientais. Recebem capacitação e treinamento para a coleta, triagem, prensagem e co-

amplos dessa iniciativa.

O Coleta Legal, que tem apoio de diversas empresas e entidades, engloba a educação ambiental e ações efetivas. Os alunos de toda a rede participam de palestras e recebem material didático.

Eles separam material reciclável e levam para a escola. Lá, selecionam e acondicionam os resíduos apropriadamente. Diariamente, as instituições de ensino recebem a visita de um catador, que retira o material e o encaminha para empresas de reciclagem. O material é então pesado e o pagamento é feito à escola, que paga o catador. Como incentivo adicional, os alunos concorrem a prêmios e passeios de barco pelo rio Tietê. Ações dessa natureza estão de acordo com as diretrizes do programa nacional Lixo & Cidadania.

Em âmbito municipal, uma resolução de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) produz resultados. O documento estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Trata-se de um setor considerado grande gerador de resíduos. A resolução cria uma cadeia de responsabilidades entre



Capelo, da Abrelpe: "tecnologia é eficaz no tratamento do lixo"

geradores, transportadores e municípios. O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon) integra o Grupo de Ação Conjunta, que debate e realiza ações para a criação da Política Municipal de Resíduos.

Um dos resultados disso é a criação de uma lista de empresas transportadoras de resíduos credenciadas pelo Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb), disponibilizada pelo Sinduscon. Os associados ao Sindicato podem acessar essa relação atualizada pela internet e recebem também orientações sobre cláusulas que devem constar nos contratos de remoção de resíduos.

Sociedade, iniciativa privada e Estado dão sinais de que o lixo pode se transformar em caminho para melhorar a vida nas cidades e gerar renda.

Página da história

Carlos Cruz



O então prefeito de Matão e conselheiro da APM, Jaime Gimenez, recepciona o secretário de Esportes, Lars Grael, no 48º Congresso, ocorrido em 2004 em Campos do Jordão



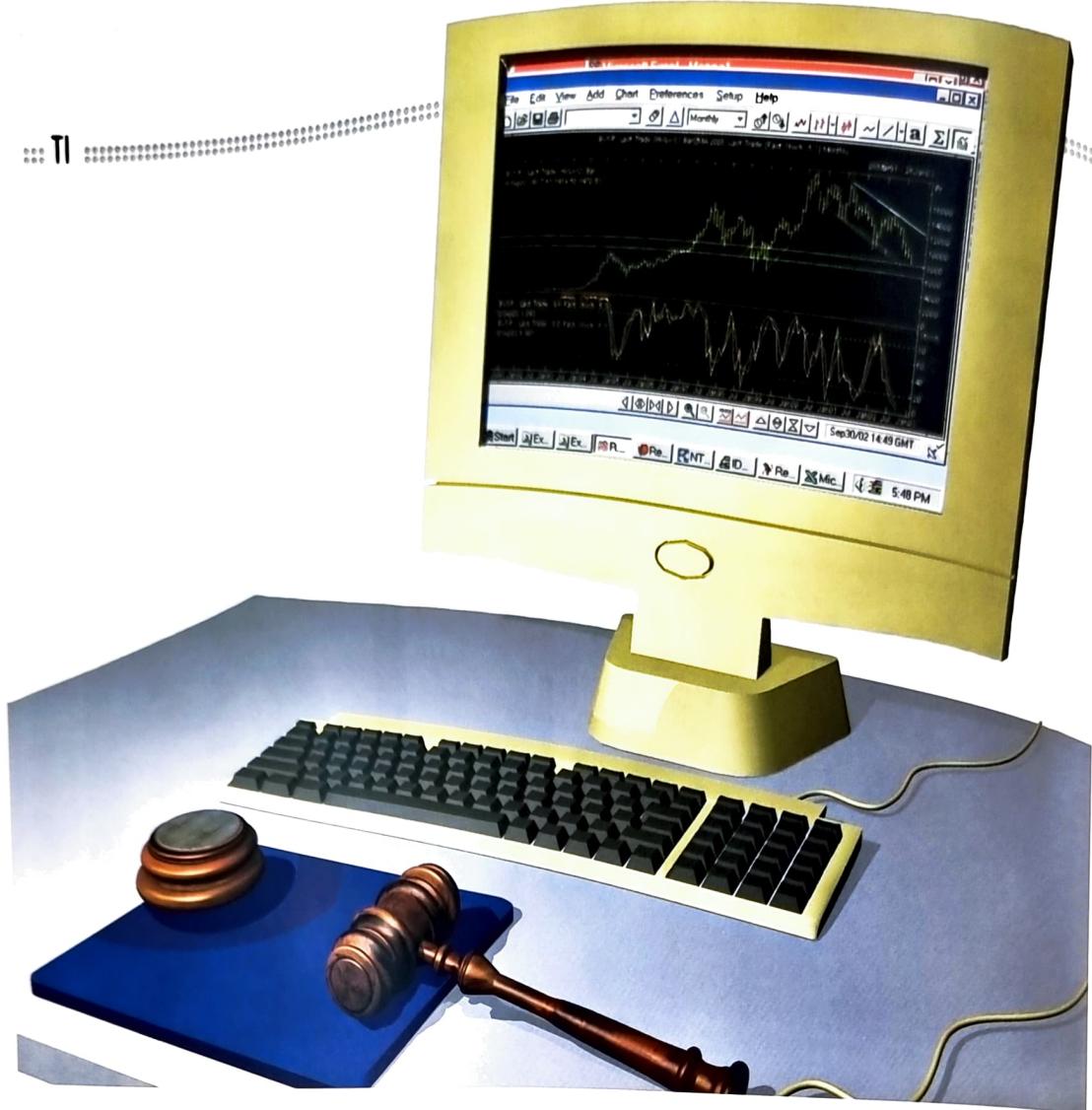
A sempre presente deputada Célia Leão empresta seu carisma e inteligência ao 48º Congresso de Municípios de Campos do Jordão em 2004



No 42º Congresso, ocorrido em 1998 em Praia Grande, a deputada Luiza Erundina marcou presença e falou para os congressistas



O então vereador de Poá, Agenor Pereira, discursa da tribuna do 30º Congresso de Municípios ocorrido em São Paulo, no ano de 1987



Alex Silva

Comércio eletrônico

Transações on-line são mais ágeis, transparentes e geram, em média, uma economia de 20% à prefeitura

Por Antonio Carlos Santomauro

Sem exigir investimentos muito elevados, a compra eletrônica de produtos e serviços permite aos municípios economizar quantias bastante significativas. E, no confronto com os

métodos tradicionais de negociação, a economia não é a única vantagem dessas transações: elas são também mais ágeis, e estabelecem uma relação mais transparente com a população, que por meio da internet pode consultar

as informações referentes às compras realizadas pela prefeitura de sua cidade.

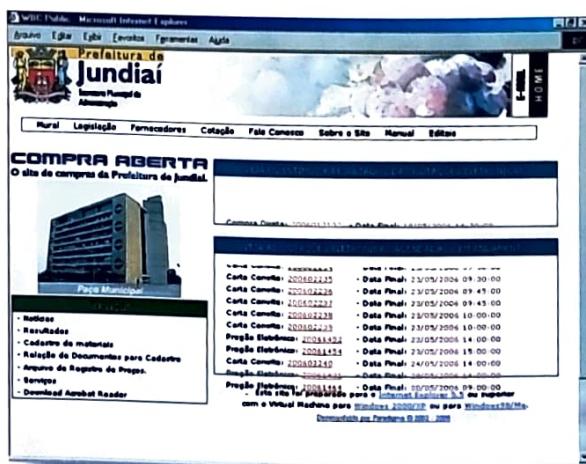
Alguns municípios paulistas já investem consistentemente nas transações on-line. A prefeitura de Jundiaí, por exemplo, estruturou há cerca de qua-

tro anos um portal de compras eletrônicas, o Compra Aberta (*ver site www.jundiai.sp.gov.br*). De acordo com Vanildo José Ministro, diretor de logística da prefeitura local, quase todos os produtos e serviços – com exceção das

obras de engenharia, e de alguns serviços específicos – são hoje comprados por intermédio desse portal, no qual serão realizados este ano aproximadamente 6 mil transações, em que serão alocados cerca de R\$ 80 milhões.

Segundo Ministro a utilização de canais eletrônicos nas compras gera, relativamente aos demais métodos de negociação, uma redução média de preços de aproximadamente 15%. “Em alguns casos, essa redução pode chegar até a 22%”, ele revela.

Enquanto em Jundiaí as compras eletrônicas já são rotineiras, no município de Amparo a prefeitura já utilizou essa alternativa em alguns pregões, nos quais adquiriu materiais odontológicos e computadores, entre outros artigos. Maria Aparecida Moral, coordenadora de suprimentos do município, afirma ter gostado da experiência da negociação on-line: “É um método



Jundiaí: Portal criado há quatro anos movimentará cerca de R\$ 80 milhões

muito ágil, no qual não é necessário ficar discutindo com os fornecedores, pois tudo é decidido pelo sistema”, ela elogia.

Maria Aparecida afirma que a partir do segundo semestre deste ano a prefeitura de Amparo ampliará o emprego dos pregões eletrônicos. Para isso, investirá em treinamento destinado a tornar seus profissionais mais capacitados para a utilização dessa ferramenta, e buscará estruturar lotes de produtos que, relativamente

às negociações individuais para cada um deles, tornem mais fácil as transações eletrônicas.

A principal vantagem é a transparência. Todas as informações ficam disponíveis a quem se interessar em acessá-las

INVESTIMENTO VIÁVEL

As compras eletrônicas realizadas pela prefeitura de Amparo são implementadas pelo portal Licitações-e, mantido pelo Banco do Brasil, mas há outros portais

aos quais os municípios podem associar-se para realizar compras eletrônicas (*ver quadro abaixo*). A associação das prefeituras a esses portais é gratuita e possibilita a realização de vários gêneros de transações, como tomada de preços e concorrência (*ver na pág. 18*).

E essa gratuidade da associação aos municípios torna mais viável, para as prefeituras, o investimento necessário à realização de compras eletrônicas, afirma Celso Monteiro, gerente de consultoria da RHS Licitações. “É necessário então apenas alguns bons

computadores, acesso à web em banda larga e pessoal treinado”, ele explica.

Segundo Monteiro, os pregões eletrônicos constituem uma modalidade de negociação hoje utilizada

PORTAL	ENDEREÇO NA WEB
Banco do Brasil	Licitações-e www.licitacoes-e.com.br
Governo Federal	ComprasNet www.comprasnent.gov.br
Governo do Estado de São Paulo	 www.bec.sp.gov.br
Conf. Nac. de Municípios / Fund. de Estudos para a Modernidade da Administração Pública	CidadeCompras www.cidadecompras.com.br

Paulo Uras



Monteiro: A associação das prefeituras a esses portais é gratuita

em larga escala pelo governo federal, por alguns governos estaduais - o de Minas Gerais, por exemplo -, e deverá disseminar-se também entre os municípios. No Estado de São Paulo, segundo ele, eles ainda não são comuns nos municípios, e nem são muito empregados pelo governo do Estado, que, caso aproveitasse mais essa ferramenta, poderia

incentivar seu uso pelas prefeituras. Mas, de acordo com o gerente da RHS, além de poder ser utilizada sem nenhum empecilho legal - inclusive para a realização de tomada de preços e concorrências -, a transação eletrônica gera para os municípios uma economia média de 20%.

Mesmo sendo significativa, a economia não é

O portal Compra Aberta trabalha com 42 mil itens passíveis de compra, e conta com 11 mil fornecedores cadastrados

porém o principal benefício gerado pelas transações eletrônicas, afirma Ministro, de Jundiaí. "A principal vantagem é a transparência,

MODALIDADES DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS JÁ REALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS

COTAÇÃO ELETRÔNICA - Tem valores limitados a R\$ 8 mil. Nela, o município divulga eletronicamente a relação do que deseja adquirir, e aguarda o envio das propostas dos fornecedores cadastrados na plataforma de negociação

PREGÃO ELETRÔNICO - Destina-se à compra de produtos e serviços comuns, que não têm grande diferenciação entre si ou não exijam grande especialização. Isso inclui uma enorme variedade de produtos e serviços, de produtos de limpeza até computadores. Não tem valor limite, mas exige Edital de Licitação

CARTA-CONVITE - Modalidade de licitação para compras com valores entre R\$ 8 mil e R\$ 80 mil



Maria Aparecida, de Amparo: Prefeitura ampliará o emprego dos pregões eletrônicos

O portal Compra Aberta trabalha com aproximadamente 42 mil itens passíveis de compra, e conta com 11 mil fornecedores cadastrados. E, segundo Ministro, está sendo ampliado para abranger também algumas modalidades de negociação para as quais ainda não é utilizado, como os reparos de veículos. Esse processo de aprimoramento do sistema deverá estar concluído em julho. "E, quando ele estiver pronto, passaremos a comprar praticamente tudo - com exceção das obras de engenharia - pelos meios eletrônicos", diz o diretor de logística da prefeitura de Jundiaí. Ele conta que, quando montou seu portal de compras, há aproximadamente quatro anos, a prefeitura de Jundiaí investiu cerca de R\$ 240 mil. "Em seis anos, já havíamos recuperado esse investimento", completa. ☭

*** GALERIA DE FOTOS ***



Show de
mágica para
crianças da
rede municipal
de ensino
no ginásio
de esportes
municipal de
Bocaina



Inauguração da nova
sede do Banco do
Povo com o prefeito de
Bocaina, Kiko Danieletto,
e Renato Amary, ex-
presidente do Cepam



Evento de assinatura de
convênio do Programa
“Água Limpa” no dia
7/11/05, no Palácio dos
Bandeirantes, em que o
Município de Bariri foi
contemplado com recursos
na ordem de R\$2.850.000,00
para tratamento de esgoto
e o prefeito Neto Leoni
fez parte da mesa, sendo
orador em nome dos
cerca de 200 municípios
presentes, ao lado dos
governadores Geraldo
Alckmin de SP e Marconi
Perillo de GO



Antes de deixar o cargo,
o ex-governador Geraldo
Alckmin, liberou recursos
para instalação do Banco do
Povo Paulista e obras do Pro-
Pólos na cidade de Cajamar.
O prefeito Messias Cândido
da Silva acha-se satisfeito
com as recentes conquistas
de interesse da população
cajamarensa.



O prefeito de Cajamar, Messias Cândido da Silva,
ao lado do empresário e diretor Nasser Fares,
tem razões de sobra para comemorar a vinda do
Centro de Distribuição das lojas Marabraz para seu
município.



Prefeito Neto Leoni
assina convênio com
a Superintendente do
Centro Paula Souza,
profª Laura Lagana, para
implantação do primeiro
curso técnico em Bariri,
visando a capacitação e
melhoria da mão-de-obra
local, já em andamento



Pregão de compras em
Bebedouro

Caso você tenha alguma foto de eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade e queira publicá-la,
envie para ouvidoria@apaulista.org.br para uma avaliação e posterior publicação neste espaço.

Projetos campeões

Três municípios paulistas vencem a quarta edição
do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2005



Por Camila Plati

Mil e quinhentas pessoas lotaram o salão do Marina Hall, em Brasília, no fim de abril, para participar da entrega do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor 2005, que teve este ano

três prefeituras paulistas campeãs - Santa Fé do Sul (vencedora Região Sudeste), Embu das Artes (destaque Grandes Cidades) e São João da Boa Vista (destaque Planejamento, Estruturação e Governança Local para

o Desenvolvimento). No total, foram dez vencedores, sendo cinco na categoria por região e cinco pelos destaques temáticos.

O Prêmio surgiu há quatro anos com o objetivo de reforçar o apoio aos

empreendedores e empresários na gestão de seus empreendimentos e criação de uma rede de parceiros que entendessem a importância de apoiar o empreendedorismo como forma de alavancar o de-

senvolvimento de cidades e regiões fortes.

Do Estado de São Paulo, foram escolhidos cinco municípios que disputaram com prefeituras de todo o país a etapa nacional do Prêmio e receberam certificados, troféus e viagem para conhecer outras experiências de sucesso em gestão municipal no Brasil ou no exterior.

Para esta edição, foram inscritos 145 cidades do Estado de São Paulo e mais de 700 projetos em todo o país. De acordo com o coordenador nacional do Prêmio, Sandro Salvatore, a participação e a qualidade dos projetos inscritos sinalizam positivamente para a ampliação do apoio municipal aos pequenos negócios, levando em conta o fato de que há cerca de apenas um ano os prefeitos assumiram os cargos e a maioria ainda está no primeiro mandato.

SANTA FÉ DO SUL Vencedor Região Sudeste

O prefeito da Estância Turística de Santa Fé do Sul, localizada no extremo noroeste de São Paulo, a 620 km da capital, Itamar Francisco Machado Borges, foi o vencedor da quarta edição do Prêmio Prefeito Empreendedor, oferecido pelo Sebrae Nacional, na categoria Região Sudeste. Ele concorreu com 75 projetos pré-selecionados entre 145 prefeituras inscritas.

A distância das principais metrópoles e centros de consumo sempre limitou o crescimento da cidade. Para superar este e outros entraves ao progresso houve a necessidade de um plano que previsse ações políticas e administrativas a longo prazo.

O plano foi definido e firma-se em quatro pilares: crescimento com modernização; eqüi-



Foto: Márcia Goulart/ASN

Prefeito de Santa Fé do Sul, Itamar Borges, recebe o Prêmio do ex-presidente do Sebrae, Sérgio Moreira

dade e superação da pobreza; proteção dos recursos naturais; e estabelecimento da cultura do empreendedorismo

plano de ações que garanta o acesso aos bens e serviços públicos para a população de baixa renda.

Entre as ações, estão

"Não há avanço socioeconômico sem um plano de ações"

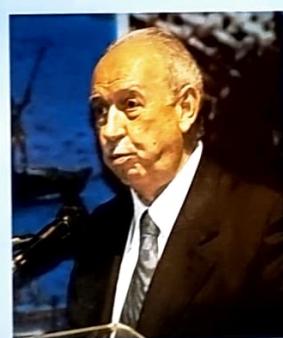
Itamar Borges

e reforço das micro e pequenas empresas.

De acordo com o prefeito, não há avanço socioeconômico sem um

o Programa de Desenvolvimento Integral da Comunidade, criado em parceria com o Sebrae-sp e que oferece incentivo a 94 micro e pequenas empresas, com a cessão ou doação de móveis e concessão de incentivos fiscais.

Outra iniciativa bem-sucedida é o Programa de Incentivo Agropecuário de Santa Fé do Sul, que permite o acesso das micro e pequenas empresas à tecnologia, com 200 produtores e empresários rurais beneficiados. Desde 2002, o programa já fez 440



Vice-presidente da República, José Alencar, durante a solenidade de entrega do Prêmio

VENCEDORES NACIONAIS

- Santa Fé do Sul (SP) – Região Sudeste
- Barreirinha (AM) – Região Norte
- Batalha (PI) – Região Nordeste
- Nova Mariândia (MT) – Região Centro-Oeste
- Chapecó (SC) – Região Sul
- Embu das Artes (SP) – Destaque Grandes Cidades
- São João da Boa Vista (SP) – Destaque Planejamento, Estruturação e Governança Local para o Desenvolvimento
- Petrópolis (RJ) – Tratamento Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas – Tributos e Desburocratização
- Buique (PE) – Promoção do Turismo de Excelência
- Coari (AM) – Utilização de Royalties e Compensações Financeiras na Promoção do Desenvolvimento Local

atendimentos a 195 dos 487 pequenos produtores rurais que formam o universo de beneficiários.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é outro projeto de destaque da cidade, pois apóia o acesso ao crédito por família de origem rural comprovada. De acordo com o prefeito, 48 famílias receberam terras e estão produzindo nelas. A prefeitura também liberou recursos financeiros para a aquisição de material de construção, mantém as estradas em bom estado de conservação e realiza cursos de capacitação.

Já o Banco do Povo fornece microcréditos e, em 2005, formalizou 33 contratos por mês, incentivando a produção e o crescimento, fazendo com que os clientes saiam da informalidade e tornem-se empresas legalizadas, geradoras de emprego.

Mais um dos destaques da região, o Centro de Geração de Rendas oferece cursos que desenvolvem habilidades manuais, como cabeleireiro, corte e costura, pintura em tela, panificação, entre outros, a cerca de 80 beneficiados.

Para os jovens, a cidade disponibiliza três projetos: o Projeto Renascer, orientado para a produção agrícola, artes, esportes e prestação de serviços,

forma e capacita crianças e adolescentes para ações cooperativas; o Programa Jovem no Trabalho é destinado à qualificação de estudantes para sua inserção no mercado de trabalho; e, finalmente, o Programa Jovens Empreendedores – Primeiros Passos, que atende 1,5 mil alunos de 4ª série do ensino fundamental e que tem como meta integrar a disciplina Empreendedorismo nas escolas municipais de nível fundamental.

De acordo com o prefeito, o prêmio, além de ser um estímulo à administração municipal, potencializa o comércio, o turismo, a vinda do micro e pequeno empresário e a formação de gerações que acreditam no empreendedorismo como uma ação inovadora e confiável.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA Destaque Planejamento

– Com foco no desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais, a prefeitura de São João da Boa Vista, município localizado a 223 km da capital, foi a vencedora da quarta edição do Prêmio Prefeito Empreendedor, na categoria Destaque Temático – Planejamento.

A categoria foi uma das novidades incluídas

na edição deste ano do Prêmio. Dessa forma, além de premiar uma prefeitura de cada região do país, são reconhecidos cinco destaques temáticos, entre eles o Planejamento.

No último ano, a prefeitura de São João da Boa Vista, sob o comando do prefeito Nelson Mancini

das Câmaras Setoriais com a participação direta da população, por meio das reuniões de bairro, fez o inventário dos Distritos Industriais I e II e a ampliação da área industrial para a instalação de novas empresas, apoiou cooperativas e atividades associativistas,

"Só ficarei satisfeito quando a população colher os frutos"

Nelson Nicolau

Nicolau, apoiou o acesso das micro e pequenas empresas à tecnologia, estimulou o desenvolvimento do empreendedorismo com a implantação de incubadora cultural, de incubadoras de empresas e do Galpão do Agronegócio. Além disso, promoveu a formaç

ão otimizada do microcrédito, deu apoio ao Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo.

"Ficamos contentes com o fato de o nosso planejamento estratégico ter sido observado e destacado como uma proposta bem concebida e capaz de trazer



Prefeito de São João da Boa Vista, Nelson Nicolau, foi o vencedor na categoria Destaque Planejamento

resultados consistentes para o desenvolvimento da nossa cidade. Mas, só ficarei satisfeito quando tivermos a população colhendo os frutos desse trabalho, num ambiente bom de se viver, com oportunidades de emprego e renda, além de acessibilidade a uma condição de vida melhor", completa o prefeito.

Ao longo do seu mandato, o prefeito reativou os diversos conselhos legais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento. Criou também as Câmaras Setoriais, para serem um canal de participação da população e dos agentes econômicos. Com essa ação, diminuiu a presença das empresas mais fortes e de líderes individuais e passou a ter mais a participação das pequenas e médias empresas.

Entre outros projetos, há uma política de incentivo à realocação das empresas existentes que queiram trocar o espaço urbano por uma área industrial. Neste caso, o empresário troca os gastos que tem com aluguel para mudar-se para o distrito e investir em capital de giro. "Em 15 meses de mandato, foram criadas 14 novas empresas e, até o fim de 2007, a expectativa é gerar 5 mil empregos diretos", comemora Nicolau.

EMBU DAS ARTES

Destaque Grandes Cidades

Cidades – Marceneiro por profissão, desde cedo o prefeito da Estância Turística de Embu das Artes, Geraldo Leite, aprendeu a transformar a madeira em objetos úteis. Segundo ele, vem daí o espírito empreendedor. Como administrador, Leite encontrou no apoio ao trabalho cooperado e incentivo ao surgimento de novas empresas o caminho para a geração de empregos e renda para a cidade de 207,6 mil habitantes.

As ações que se seguiram, desde então, renderam ao prefeito a vitória na etapa nacional do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor – Destaque Grandes Cidades. O projeto principal do município, implantado por Geraldo Leite em 2001, é a Incubadora de Cooperativas de Embu, pioneira no país, que tem o Sebrae em São Paulo como parceiro. O objetivo é formar cooperativas de produção e serviços, assistir tecnicamente, contribuir para a qualificação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra dos cooperados, visando o mercado de trabalho.

Atualmente, a incubadora abriga duas cooperativas e três associações, que geram cerca de 300 postos de trabalho na região, colo-



Prefeito Geraldo Leite da Cruz recebe o prêmio na categoria Destaque Grandes Cidades

cando a incubadora como instrumento de inclusão.

Outra iniciativa de destaque da prefeitura de Embu é o programa de incentivo a micro e pequenas empresas, criado em 2004. Objetivo da ação é regularizar o comércio local, incentivar a abertura de novos pequenos negócios, reduzir a informalidade e

burocratizou o processo de abertura de empresas, fazendo com que nenhuma documentação fique mais de oito dias na prefeitura.

Para estimular a formalização dos empreendimentos, a prefeitura promoveu a Campanha Tô Legal, que divulga a importância da arrecadação de impostos na ampliação de serviços e

"O maior benefício está no reconhecimento dos projetos sociais"
Geraldo Leite da Cruz

ampliar a arrecadação sem onerar a população.

A legislação local regulamenta e cria dispositivos para a formalização das empresas e, inclusive, dos expositores da Feira de Artes, principal atrativo turístico da cidade. Além disso, a prefeitura des-

equipamentos públicos.

"O maior benefício deste Prêmio está no reconhecimento dos projetos sociais, melhorando a auto-estima dos cidadãos, motivando e agradando moradores e colocando a cidade num cenário positivo", orgulha-se. ::



Direito público, insumo privado

Particularidades de cada cidade devem ser consideradas na hora de decidir qual o modelo de distribuição a ser adotado

Por Adalberto Wodianer Marcondes

Auniversalização do acesso à água de boa qualidade não é o único desafio da gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo; a coleta e o tratamento de esgotos seguem apresentando indicadores ainda insuficientes.

De acordo com dados da Sabesp, a empresa estatal que controla a distribuição de água na maior parte do Estado de São Paulo, com 25 milhões de pessoas atendidas, chega a quase 100% a oferta do produto com boa qualidade aos habitantes do Estado.

O mesmo não pode ser dito em relação à coleta e ao tratamento de esgotos, que fica em 78% do total coletado, mas apenas 62% com tratamento adequado. No entanto, a Sabesp não é a única companhia a atuar na coleta, no tratamento e na distribuição de água para

a população e, também, na coleta e no tratamento de esgotos nas cidades.

Criada em 1974, dentro do Plano Nacional de Saneamento, idealizado pelo então governo federal militar, a Sabesp concentrou as atribuições de diversos órgãos estaduais da área de

água e saneamento, como os antigos Comasp, Sanesp e DAE. Hoje, a empresa cuida da gestão da água em 368 municípios do Estado, tem contratos parciais com dois deles e fornece apenas água tratada para seis cidades da região metropolitana de São Paulo, nas quais empresas municipais são responsáveis pela distribuição.

O mesmo modelo que idealizou a Sabesp em São Paulo foi replicado em todos os Estados brasileiros. Quando a Estatal foi criada foram assinados contratos de concessão para a gestão dos serviços de saneamento

com os governos municipais. Normalmente contratos com 30 anos de duração, o que significa que nesta primeira década do século XXI a maioria deles está vencendo, levando administradores municipais a questionar o modelo de concessão para uma empresa estadual, na medida em que a lei possibilita que o município tenha uma gestão própria dos recursos hídricos, seja por meio da administração direta ou com a formação de empresas municipais para isto.

A água, no entanto, é um

bem e um serviço que estão sob o foco das atenções especializadas em todas as instâncias. É o recurso natural que mais recebe atenção da sociedade civil através de organizações não-governamentais (ONGs) e ganhou, a nível federal, a Agência Nacional de Águas, que tem como missão regular o uso das águas dos rios e lagos de domínio da União e implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos

de 2006, o governo federal começa uma maratona de consultas públicas sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Serão 27 consultas públicas estaduais para ampliar a participação pública na gestão da água.

Apesar de o Brasil deter 12% da água doce do mundo, existe um enorme desconhecimento público sobre o tema. Uma pesquisa realizada pelo IBGE mostra que 70% dos brasileiros desconhecem a existência

em rever os contratos de concessão da gestão da água. "Os termos impostos nos anos 70 foram muito centralizados, não dão aos gestores municipais quase nenhuma importância na definição das políticas públicas locais em relação à água", diz Bastos.

Para ele, mais do que a definição de modelo, se a gestão deve ser estadual, municipal ou através de uma empresa, deve ser uma gestão pública, que leve em conta que a água é um direito humano fundamental e, portanto, não deve ser tratada apenas como mercadoria. Para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o maior desafio é o de garantir acesso à água para todos, em especial para as populações excluídas e, ao mesmo tempo, manter a disponibilidade dos recursos hídricos em quantidade e qualidade para as gerações futuras.

Sob o ponto de vista político, está havendo uma importante quebra de paradigma: a gestão da água, com sua estrutura praticamente invisível para a sociedade, está deixando de ser vista pelos administradores como "obra enterrada", para ser encarada como projeto estrutural de qualidade de vida. Isto

Entre 40% e 60% da água distribuída perde-se nos canos ou é usada de forma displicente

Hídricos, garantindo o seu uso sustentável.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Desde meados dos anos 80 o Estado de São Paulo vem aprimorando suas ações no âmbito das águas, na época com a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Agora, durante os meses de junho e julho

dos Comitês de Bacias Hidrográficas e mais da metade dos que já ouviram falar não tem idéia de para que servem.

Segundo Carlos Pedro Bastos, vice-presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e presidente da regional paulista da organização, existe neste momento nos municípios de todo o Brasil um grande interesse

Em Santo André, a água consumida é fornecida pelas estações de tratamento do Semasa

porque a convergência de interesses entre as áreas de saúde e meio ambiente mostra que os ganhos sociais da universalização do acesso são inestimáveis. Dados da Unicef mostram que a cada 15 segundos morre uma criança no mundo vítima de doenças transmitidas pela água contaminada. E, no Brasil, o número de pessoas sem acesso à água de boa qualidade chega a quase 23 milhões.

A gestão da água com qualidade é o desafio que a Sabesp enfrenta no Estado, e que deve ser encarado com muito realismo pelos gestores municipais que estiverem pensando em assumir a tarefa. O superintendente de comunicação da companhia, Luiz Carlos Aversa, que atua na área há 20 anos, alerta que a gestão de água e saneamento é complexa. No caso da Sabesp, existe uma sinergia com outros organismos, como a Cetesb, a Secretaria de Energia e Recursos Hídricos de São Paulo, o Ministério Público e as prefeituras das cidades onde opera. As ações da empresa ganham

escala pelo número de municípios atendidos. Para isto a empresa opera 16 unidades de negócios e um departamento distrital, o que inclui as bacias hidrográficas, os mananciais etc. "Cada cidade tem suas particularidades, com diferentes formas de captação de água e mananciais, sejam eles rios, represas ou poços, e também diferentes possibilidades para o tratamento de esgotos", diz o executivo.

CONSÓRCIOS

Estas características devem ser levadas em conta pelo gestor municipal na hora de decidir o modelo a ser aplicado em sua cidade. Carlos Pedro Bastos vê uma grande oportunidade

para as cidades que querem se comprometer com a água nos consórcios de municípios ou de empresas municipais para a atuação em regiões e não apenas

rios que abastecem bacias hidrográficas maiores. "A partir delas e dos municípios que as contêm é possível pensar em formas de gestão que contemplam melhor os

Água é um direito humano e não deve ser tratada apenas como mercadoria

em cada uma das cidades. Para ele faz todo sentido a gestão da água partindo da lógica das microbacias hidrográficas.

Essas microbacias são os mananciais de água, formados por nascentes e

interesses locais", diz. Este formato de gestão também pode ser mais adequado para garantir o acesso à água pelos seus diversos usuários, como a agricultura, a indústria e o consumo residencial.

O debate sobre a gestão



da água precisa levar em conta seus diversos usos diretos e indiretos. Água é, também, geração de energia, por exemplo. Outro desafio a ser enfrentado é que entre 40% e 60% de toda a água distribuída perde-se nos canos ou é usada de forma displicente pela sociedade.

O vice-presidente da Assem Mae, Carlos Pedro Bastos, chama a atenção para o fato de que existem alguns fatores em transição

tamente nos mananciais, sem a intermediação de uma empresa fornecedora do recurso. Existe, por parte dos agricultores, uma resistência muito grande a esta cobrança, mas ao mesmo tempo, em alguns casos o setor é responsável por cerca de 70% da água retirada dos mananciais.

Os próprios Comitês de Bacias são figuras recentes na gestão da água. Eles são formados por representantes dos Estados, das prefeituras

“parlamentos das águas”, os comitês podem ser de rios federais ou de rios estaduais. Faz parte das atribuições dos Comitês a promoção do debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos, a articulação das entidades envolvidas, a arbitragem de conflitos relacionados à água, a

Outro fato relevante na administração dos recursos hídricos é que mesmo as empresas que são autônomas em relação à Sabesp têm uma forte relação de dependência. Em Santo André, na Grande São Paulo, a água é administrada pelo Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), no entanto, o produto consumido no município é fornecido pelas estações de tratamento da

Paulo Uras

em relação ao tema, como o conceito de Cobrança pelo Uso da Água. Esta Cobrança foi instituída pela Lei Federal nº 9.433/97, que pretende estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais. A cobrança não é um imposto, mas um preço público, fixado com base em um pacto entre os usuários de água e o Comitê de Bacia, com o apoio técnico da ANA. Esta cobrança já está ocorrendo nas Bacias do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Quem paga são empresas rurais ou industriais que realizam a captação da água dire-

de uma determinada bacia hidrográfica, de organizações da sociedade civil e das empresas responsáveis pela captação, tratamento e distribuição de água e

Marina Silva: Desafio é garantir acesso à água para todos

A gestão da água com qualidade é um desafio que deve ser ponderado

esgotos da região. São organismos colegiados, consultivos e deliberativos, que constituem a base do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Também conhecidos como

aprovão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e acompanhar sua execução, além de estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e apontar os valores a serem cobrados pelo serviço.

Sabesp. E este é um modelo comum, as prefeituras assumem ou concedem a terceiros a distribuição e a cobrança pela água, mas não fazem a captação direta e o tratamento, nem da água, nem do esgoto resultante. Em relação ao esgoto, por exemplo, Santo André está fazendo a ligação de sua rede de coleta uma Estação de Tratamento de Esgotos que a Sabesp está inaugurando na região do ABC Paulista. “É uma forma de garantir a gestão pública municipal na distribuição e dar escala aos processos de tratamento, que precisam de investimentos intensivos”, afirma Carlos Pedro Bastos, que também é assessor da superintendência do Semasa.

Colaborou Tatiane Oliveira, da Agência Envolverde

Linha direta com a população

Sem muitos recursos e com criatividade, prefeituras decidem investir em maneiras alternativas de levar informação à sociedade

Por Juliana Tavares

Considerada essencial para o exercício da democracia, a comunicação pública ainda é restrita, na maior parte dos municípios, ao disparo de notas pela assessoria de imprensa e aos investimentos estratosféricos em publicidade. Este conceito, além de ultrapassado é apontado pelos especialistas como um dos fatores que contribuem para a péssima imagem que a sociedade tem de algumas administrações.

"As autoridades, de qualquer instância, precisam prestar contas de seus atos aos cidadãos, mas ainda privilegiam a propaganda que, além de dispendiosa, nem sempre é tão abrangente quanto outros métodos

de comunicação", explica o jornalista e professor de Comunicação da USP, Wilson da Costa Bueno.

De acordo com o jornalista, a comunicação pública deve facilitar o diálogo entre o transmissor e o

receptor da informação. Por isso, é impreterível que possua canais pelos quais os diferentes segmentos da população consigam enviar reivindicações e sugestões. "Neste caso, ela precisa se basear na diversidade de idéias e levar em consideração a defesa da ética e

do profissionalismo. Infelizmente, isso nem sempre é feito", afirma.

Como não existe uma legislação específica que obrigue os governos a investir em canais de comunicação diferenciados

Na maioria dos municípios, comunicação é restrita à assessoria de imprensa e propaganda

— embora seja considerado ético utilizá-los para a propaganda pessoal e eleitoral —, alguns órgãos públicos, incluindo prefeituras, lançaram mão da criatividade para desenvolver maneiras de divulgar seus projetos para um número ainda maior de pessoas.

São José dos Campos percebeu a importância da comunicação há, pelo menos, 16 anos. Não por acaso, o município não polpa investimentos na área. A prefeitura tem uma estrutura de comunicação que trabalha com profissionais próprios nas áreas de assessoria de imprensa, artes gráficas, fotógrafos e gráfica e, paralelamente a essas atividades, possui uma agência de comunicação, que cuida de sua imagem institucional.

Por iniciativa da prefeitura, foram criados jornais específicos para cada público, com tiragem e periodicidade determinadas de acordo com os objetivos da administração. Para



informar os servidores sobre direitos trabalhistas e ações motivacionais, por exemplo, a prefeitura criou o *Nossa Jornal*, um veículo mensal, distribuído para todos os funcionários públicos e cuja versão diária é enviada por e-mail.

INOVAÇÃO

Para o público externo, a prefeitura desenvolveu o *Nossa Cidade: Urgente*: um informativo mensal, encartado nos principais jornais da cidade e também distribuído em domicílio para todos os municípios, gratuitamente. "Como a tiragem é limitada a 45 mil exemplares e temos 600 mil habitantes, a distribuição privilegia os bairros que serão alvos das matérias publicadas, geralmente relacionadas a projetos, eventos culturais ou campanhas institucionais", explica Antonio Bibiano dos Santos, chefe da divisão de imprensa da prefeitura local.

Para atingir um número maior de cidadãos, inclusive os que já não moram na cidade, foi criado o *Imprensa Hoje*, um boletim virtual encaminhado diariamente para todas as 16 mil pessoas cadastradas no site da prefeitura. "Como as informações locais nem sempre têm espaço na mídia regional, a internet

se tornou um aliado na transmissão das ações do governo", diz Santos.

A prefeitura também criou a Rádio Paço: um serviço interno de transmissão de informações, cujo objetivo é atingir o público que frequenta o Paço Municipal – ou seja, cerca de mil pessoas por dia e 600 funcionários. "Além de músicas, a rádio transmite vinhetas de campanhas e serviços de utilidade pública", informa.

Jornais especiais, como o *Jornal do Consumidor*, o *Jornal do Idoso* e o *Jornal do Jovem Empreendedor*, que deverá ser lançado em breve, foram criados para atingir públicos específicos. "Em todos os casos, porém, os informativos não fazem qualquer apologia à figura do prefeito. Produzidos pela própria assessoria da prefeitura, têm custo reduzido e mostram apenas os projetos e programas em andamento, resultados alcançados, além de fortalecerem o trabalho de conscientização das campanhas institucionais.

A consequência deste esforço é que o nosso município já enxerga a prefeitura como uma parceira disposta a ouvir suas críticas e sugestões e interessada no seu bem-estar", garante.

MUNICÍPIO NA WEB

A falta de veículos de comunicação locais e a dificuldade de utilizar as mídias regionais na divulgação de suas iniciativas serviram de estímulo para a prefeitura de Taboão da Serra. Depois de realizar uma pesquisa na qual ficou

atrações turísticas, eventos culturais e peculiaridades. Até julho, deve ser lançada a Rádio Web e uma TV Online. Apesar de não revelar custos, o jornalista e coordenador executivo da prefeitura local, Maruzan Corado Oliveira, garante que o investimento

A propaganda, além de dispendiosa, nem sempre é tão abrangente quanto outros métodos de comunicação

constatado que mais de um quarto da população municipal, ou cerca de 55 mil habitantes, utiliza a internet para se manter informada, a prefeitura decidiu investir na rede mundial de computadores para transmitir suas ações,

é insignificante quando comparado às despesas feitas em publicidade. "É o retorno, tenho certeza, será maior", diz.

Para diminuir os custos com a comunicação, a prefeitura também investiu na produção de sua própria



Em São José dos Campos, prefeitura criou jornais específicos para atingir públicos diversos

Imprensa Oficial (IO) – o que gerou uma economia de R\$ 300 mil por ano, aos cofres públicos. Para aumentar a transparência da gestão, a prefeitura também optou pela regulamentação da publicidade municipal. Qualquer anúncio da prefeitura deve informar o valor que foi despendido na sua produção e divulgação.

Em Araraquara, as alternativas à comunicação convencional – que chega a abranger R\$ 400 mil dos cofres públicos – ainda são iniciativas tímidas, mas que já vêm mostrando resultado. Assim como São José dos Campos, a cidade possui um boletim encaminhado diariamente para os e-mails dos cidadãos cadastrados

prefeitura também decidiu investir em sistemas de áudio e vídeo transmitidos pela internet para divulgar suas ações junto à população. A previsão é de que o serviço esteja disponível para qualquer pessoa a partir de julho.

VOZ DO PREFEITO

Além de disponibilizar no site as ordens de compra – o que permite a qualquer cidadão acompanhar, em tempo real, os gastos da administração local –, o prefeito de Amparo, César Pagan, participa semanalmente do Debate Cultura, um programa da Rádio Cultura Municipal de Amparo (102,9 MHz) que acontece toda segunda-feira, às 11h. “Jornalistas

É imprescindível que existam canais pelos quais a população consiga enviar reivindicações e sugestões

no site da prefeitura – cerca de 6 mil pessoas –, além de jornais voltados aos servidores públicos. Mas o prefeito Edinho Silva ainda é relutante quanto à utilização de outros veículos de comunicação para divulgar ações e projetos municipais. “Considero uma auto-promoção desnecessária”, afirma.

Apesar de relutante, a

concebido da região são convidados para me fazer perguntas ao vivo. A maioria das questões que vão para o ar é enviada pela população da cidade”, explica Pagan.

De acordo com o prefeito, como a rádio sobrevive de apoios culturais de empresas privadas, os gastos com o programa são praticamente inexis-

Divulgação



Canais já consagrados também são utilizados para comunicação com a população em São Bernardo do Campo

tentes. “Além de ampliar o debate sobre assuntos polêmicos, como inclusão social e saneamento básico, o programa possibilita à sociedade reivindicar melhorias ou elucidar dúvidas, como prazo para o pagamento de taxas e novos projetos. Isso seria praticamente impossível se a prefeitura dependesse apenas da publicidade ou da boa vontade de outros veículos da mídia”, esclarece o prefeito.

Outros canais, já disponibilizados por algumas prefeituras, também são úteis para aproximar prefeituras da população, embora não tenham relação direta com a mídia. A prefeitura de São Bernardo do Campo, por exemplo, criou o “Espaço Opinião Pública”, um local no qual a população pode deixar sugestões, agradecer ou elogiar o atendimento ou a realização de um serviço. “Também recebemos reclamações e solicitações através de um link no site da prefeitura”, explica a diretora de comunicação da prefeitura, Andréa Brock.

Todos os entrevistados foram contundentes ao afirmar que, independentemente da forma com que os órgãos públicos pretendem se relacionar com a população, é imprescindível que se responda a todas as manifestações da sociedade. “Apenas o diálogo franco e transparente entre órgãos públicos e cidadãos poderá fortalecer a democracia”, garante a diretora de comunicação de São Bernardo. “Sem isso, todo investimento em comunicação será vã.”

ASFALTO

A BAIXO CUSTO

Máquina Processadora de Asfalto

MP 10



Usina de PMF e Lama Asfáltica

MD 1000



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 40



Usina de Pré Misturado a Frio

UP 20



Vibro Acabadora **VA 500**



Espargidor



EP 2500

CONISHI

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

Tel. 17 3522-8836 / Fax. 17 3522-8095

www.conishi.com.br vendas@conishi.com.br

Av. Com. Antonio Stocco, 230 - Pq. Joaquim Lopes - 15800-610 - Catanduva - SP

Espaço Tecnologia

Objetivo é fazer com que os administradores públicos utilizem a ampla rede de instituições na construção de estratégias e ações em comum

Por Ros Mari Zenha*

Nos países avançados, o empreendimento de ciência e tecnologia (C&T) está mudando de governança. Permanece ancorado na comunidade científico-tecnológica, mas a sociedade começa, de diferentes formas, a estar presente na gênese, na orientação e nas tomadas de decisão.

São Paulo conta com um sistema de C&T dos mais avançados do país com uma missão estratégica na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, apoiando o setor pro-

dutivo (público e privado) e subsidiando a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas.

O grande desafio é fazer com que os administradores públicos utilizem essa ampla rede de instituições (universidades e institutos de pesquisa) na construção de estratégias e ações para o benefício comum.

Os parlamentares têm percebido que muitas das decisões do Legislativo requerem julgamentos baseados em informações técnicas especializadas. A experiência internacional indica vários modelos para

subsidiar as decisões que requerem conhecimento tecnológico. Não é à toa que cerca de 25% das leis votadas, em 2003, no parlamento europeu, receberam contribuições da rede européia de C&T.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, maior e mais importante parlamento estadual do país, sensível à importância crescente da tecnologia para o desenvolvimento sustentado do Estado, inovou no panorama legislativo brasileiro ao criar, em 2003, por meio do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), o

Espaço Tecnologia, entidade de interface entre o sistema de C&T (com ênfase nos institutos de pesquisa) e o Poder Legislativo. O Espaço Tecnologia é coordenado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), órgão subordinado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE).

O Espaço Tecnologia atende a duas finalidades: a cooperação institucional e assessoria técnica na formulação de políticas públicas estaduais e a elaboração de estudos, pesquisas e análises técnicas que permitam aprofundar e melhorar a qualidade do acompanhamento dos programas e projetos relativos às políticas públicas, pautados pelas Comissões Temáticas e Frentes Parlamentares da Assembléia.

Nos seus dois anos e meio de existência, o Espaço Tecnologia foi parceiro do parlamento em várias

Foto: Divulgação/IPT



Pesquisador do IPT expõe aos parlamentares o projeto que o Instituto desenvolve na prevenção de riscos, com ênfase em deslizamentos de encostas



Parlamentares conhecem diversos produtos e equipamentos que tiveram suporte tecnológico do Progex

atividades, dentre as quais destacamos aquelas que mais têm a ver com os desafios dos municípios.

O seminário Empreendedorismo: a Tecnologia a Serviço das MPEs (abril de 2004) destacou a importância do apoio tecnológico ao setor produtivo, com ênfase no trabalho das micro e pequenas empresas.

Nas economias desenvolvidas, a participação das MPEs é relevante, correspondendo a uma porcentagem expressiva do Produto Interno Bruto. No Brasil, isso ainda não ocorre, apesar de, em diversos setores da economia paulista, verificar-se intensa presença de empresas de micro e pequeno porte. A partir de depoimentos de empresários atendidos por programas de apoio às MPEs operados pelo IPT (Prumo e Progex), evidenciou-se como a C&T pode auxiliar esse segmento produtivo, em suas diversas cadeias, melhorando seus

produtos e processos e sua competitividade, para inserção em um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

A participação das MPEs é relevante e corresponde a uma porcentagem expressiva do PIB

O Prumo – Programa de Unidades Móveis de Atendimento Tecnológico às MPEs opera 13 Laboratórios Móveis (vans) atendendo os setores de plásticos, bor-

racha, tratamento de superfícies, couros e calçados, madeiras e móveis, cerâmica e confecções. Unidades Móveis foram expostas no pátio da Alesp para conhecimento dos parlamentares.

O Progex – Programa de Apoio Tecnológico à Exportação, com ação junto às micro, pequenas e também médias empresas, atua adequando produtos para exportação, atendendo às exigências dos países importadores.

individualmente, as MPEs dificilmente terão condições de se posicionar, em termos competitivos, diante dos grandes grupos econômicos. A constituição de Arranjos Produtivos Locais – APLs e de outros formatos de redes empresariais é uma maneira de diminuir as assimetrias entre os agentes econômicos. Apenas recentemente as políticas públicas brasileiras passaram a valorizar os arranjos produtivos como um dos mecanismos mais promissores de resposta ao duplo desafio da conquista da competitividade e do domínio da inovação tecnológica pelas MPEs.

Com essa tônica, o Espaço Tecnologia realizou, em junho de 2004, o seminário Arranjos Produtivos Locais – APLs e o Desenvolvimento Sustentado do Estado de São Paulo.

Na oportunidade, apresentaram-se projetos



Pesquisador do IPT expõe projeto de apoio tecnológico aos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha no Espaço Tecnologia

de cooperação que vêm sendo desenvolvidos pelo sistema de C&T e empreendimentos de diferentes cadeias produtivas para criação e consolidação de APLs. A riqueza do debate e o interesse demonstrado por parlamentares em obter informações mais detalhadas sobre o tema ensejaram a edição, pela Alesp, de uma publicação sobre o assunto. Produzida pela equipe técnica do IPT, a partir dos debates e proposições do seminário, destaca tópicos como: caracterização e tipos de APLs existentes; APLs internacionais e nacionais



Unidades Móveis de Atendimento Tecnológico às MPEs expostas no pátio da Alesp

de referência; o papel do Sistema Paulista de C&T como parceiro estratégico dos APLs e proposições para a construção de uma agenda APL de desenvolvimento sustentado em nosso Estado. A publicação foi trans-

formada, recentemente, em CD-ROM, o qual está sendo encaminhado pela Presidência da Assembléia a todos os prefeitos e prefeitas de nosso Estado.

Atingir o desenvolvimento sustentado no ESP remete, também, a ações bem sucedidas do poder municipal. É fato que um dos fatores críticos do sucesso das administrações municipais é a sua capacidade de identificar e bem utilizar a rede de instituições capazes de aportar conhecimentos técnicos para lidar com o amplo leque de desafios, quando da elaboração de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento com geração de riqueza e inclusão social.

Atento à questão, o Espaço Tecnologia participou, em fevereiro de 2005, de evento coordenado pelo ILP, intitulado 1º Programa de Formação de Agentes

Políticos, destinado aos prefeitos e vereadores eleitos em 2004. Na oportunidade, pesquisadores do IPT discorreram sobre a importância do apoio da tecnologia na resposta aos desafios dos municípios paulistas.

Ao explicitar o trabalho realizado pela área de C&T, o Espaço Tecnologia destaca a necessidade de se manter e ampliar os recursos públicos em benefício de programas conduzidos pelo IPT e demais institutos de pesquisa em apoio às MPEs (a exemplo do Prumo e do Progex), em apoio aos municípios (a exemplo do Patem – Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios) e programas de manutenção e atualização da infra-estrutura laboratorial dessas instituições. ■

TECNOLOGIA A SERVIÇO DE TODOS

Em junho de 2005, a equipe técnica do IPT apresentou as competências do Instituto em temas essenciais de interesse dos municípios paulistas durante o seminário A Tecnologia a Serviço das Demandas Municipais e dos Arranjos Intermunicipais no Estado de São Paulo.

- gestão do uso e ocupação do solo (concepção e implementação de planos diretores; gerenciamento de áreas de risco e gestão de recursos minerais);
- implementação de programas habitacionais e de sustentabilidade ambiental (melhoria da qualidade técnica de empreendimentos habitacionais com foco na interação com o meio ambiente e no desempenho adequado de materiais, componentes e sistemas construtivos e

gerenciamento de resíduos sólidos/reciclagem);

- diversificação da produção e aprimoramento da competitividade (apoio às MPEs; implantação de incubadoras e planejamento sustentável de pólos de produção, tais como APLs);

- gerenciamento de recursos hídricos (desenvolvimento sustentável de negócios com a produção de água, formulação de alternativas locais/regionais para racionalização do consumo de água e no tratamento de esgotos);
- conservação da infra-estrutura e edificações públicas (definição de programas para conservação de obras públicas, melhoria na qualidade da pavimentação urbana e rural e controle de fungos e insetos em edificações); e
- informatização municipal e educação continuada.

Ros Mari Zenba é Geógrafa
Urbanista, Pesquisadora do IPT e
Coordenadora do Espaço Tecnologia
Alesp - rosmari@ipt.br

Jornada de trabalho, carga horária semanal, processo seletivo para contratação temporária e comprovação de filiação a sindicatos e/ou associações – temas de dúvidas dos gestores municipais publicadas nesta edição do APM Responde.

Para ter a sua dúvida sobre administração pública esclarecida neste espaço, envie mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.

Ilustrações: Enika Onodera



Empregado público contratado para dois empregos públicos passíveis de acúmulo pode ultrapassar as 44 horas semanais de jornada de trabalho?

A resposta é negativa. A jornada de trabalho

normal será o espaço de tempo durante o qual o empregado deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do empregador, com habitualidade. Nos termos da Constituição Federal, artigo 7º, XIII, sua duração deverá ser de até 8 horas diárias e 44 horas semanais.

O docente concursado para empregos distintos, com cargas horárias diferenciadas, pode atuar no mesmo estabelecimento de ensino?

Desde que haja compatibilidade de horários e que não seja ultrapassada a jornada de trabalho de 44 horas semanais, a acumulação de dois cargos de professor é permitida pela Constituição Federal, artigo 37, inciso XVI, alínea a.

Quando o empregado público encontrar-se em situação de acúmulo, deve ser considerado como pessoas diferentes, com dois registros em sua carteira profissional?

A resposta é negativa. Deverá ser realizado ape-

nas um registro na carteira profissional do empregado público.

Após a realização de concurso público para o cargo de professor, em que foram chamados todos os aprovados, a Secretaria da Educação verificou a existência de mais duas salas de aula, em razão da demanda de trabalhadores da safra de cana em 2006. Diante disso, a Prefeitura preferiu realizar um processo seletivo para o preenchimento desses novos cargos, tendo em vista a incerteza de que tais classes existam em 2007. Foi correta a realização de processo seletivo para a contratação temporária de professores, mesmo havendo concurso público ainda válido?

A contratação temporária foi a solução adequada para o presente caso. A Constituição Federal prevê este tipo de contratação quando a necessidade for temporária e de excepcional interesse público, artigo 37, inciso IX. Aqui, como não se tem a certeza da existência de referidas classes no exercício de 2007, caracterizada está a necessidade temporária, e, por tratar-se de cargo da educação, área que não pode sofrer solução de continuidade, também caracteriza-se o excepcional interesse público.::



As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sérgio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Perfil Social

**Aumento da
escolaridade
feminina
acentua
desigualdade
no mercado
de trabalho**



A Síntese dos Indicadores Sociais, elaborada pelo IBGE com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), mostra que o aumento da escolaridade feminina reduz a fecundidade e a mortalidade infantil, mas, no mercado de trabalho, acentua a desigualdade entre homens e mulheres.

Para se chegar aos resultados, com os dados da PNAD são feitos cruzamentos especiais entre dez temas: aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílio, família, casamentos, separações e divórios, crianças, adolescentes e jovens, idosos e cor.

Em 2004, as trabalhadoras com até quatro anos de estudo recebiam, por hora, em média, 80,8% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade, enquanto que aquelas com 12 anos ou mais de estudo recebiam 61,6% do rendimento-hora masculino.

No Brasil, em 1991, as mulheres com 8 anos ou mais de estudo correspondiam a 35,1% do total de mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos (idade reprodutiva). Em 2004, esse percentual

alcançou 58,5%, contrastando com os 14,7% de mulheres com até 3 anos de estudo.

No Brasil, 29,4% das 56,1 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres em 2004. A maior proporção dessa chefia feminina se dava na faixa dos 60 anos ou mais (27,4%), enquanto entre os homens, 35,3% dos responsáveis pela família tinham entre 25 e 39 anos de idade.

Em 2004, apenas 3,9% das mulheres ocupadas estavam em cargos de direção, enquanto para os homens a proporção era de 5,5%. A maior proporção de mulheres em cargos de direção estava no Distrito Federal (8%), resultado da elevada participação feminina no serviço público federal.

A análise da taxa de desocupação por grupos de anos de estudo revelou que a desocupação em 2004 atingiu particularmente as pessoas com escolaridade entre 9 e 11 anos de estudo (12,4) em comparação com aquelas de escolaridade de até 4 anos (5,5). Para as mulheres com nível superior, a taxa de desocupação encontrada ficou acima da dos homens: 6,2 contra 4,5. :::

Fórum na web

O IBGE acaba de criar, na sua página na internet, um fórum de discussões sobre o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, que reúne a V Conferência Nacional de Estatística e IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia.

No fórum, que está disponível na página do IBGE, todos os interessados no II Encontro poderão participar enviando idéias, sugestões e contribuições para o evento, que acontecerá de 21 a 25 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro.

Como parte das comemorações dos 70 anos do IBGE, o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais tem a finalidade de iniciar a revisão, atualização e ampliação do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, a partir da mobilização e consulta a produtores e usuários de informações, que inclui associações científicas, bem como técnicos e pesquisadores interessados na produção, disseminação e utilização de informações necessárias ao conhecimento da realidade do país e ao exercício da cidadania. :::

População crescente

De acordo com projeção, em 2050 população brasileira passará de 250 milhões de habitantes

Em 2004, 65,4% dos brasileiros (117 milhões) residiam nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Apenas o Sudeste concentrava 77 milhões e a região metropolitana de São Paulo, com 19,2 milhões de habitantes (10,5% do total do país), superava, em termos absolutos, todos os demais 26 Estados (excluindo São Paulo). Os dados confirmam a concentração da população brasileira nas regiões de maior desenvolvimento socioeconômico

De acordo com a Projeção da População do Brasil – Revisão 2004, o país contará, em 2050, com uma população de 259,8 milhões de habitantes, o que representará um crescimento absoluto de mais de 77,7 milhões de pessoas e um incremento relativo da ordem de 42,7% nos próximos 45 anos.

Entretanto, o cresci-



mento relativo da população brasileira vem experimentando desacelerações desde a década de 1970, principalmente em razão das significativas quedas das taxas de fecundidade e natalidade. Entre 1991 e 2004, a taxa bruta de natalidade passou de 23,4% para 20,6%

2,7 para 2,3 filhos.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se ao considerável incremento da população de 70 anos ou mais de idade. Em 2004, a PNAD apontava para um total de 7,7 milhões de pessoas nessa faixa etária

(4,3% da população total), enquanto a projeção da população sinaliza um efetivo de 34,3 milhões de idosos em 2050 (13,2%). Em relação à população de 65 anos de idade ou mais, em 1991 esse contingente representava 4,8% da população total e em 2004 atingiu 6,7%.

Em 2004, a esperança média de vida ao nascer no Brasil era de 71,7 anos de idade, ocupando a 82ª posição no ranking de 192 países analisados pela Organização das Nações Unidas (ONU). A vida média ao nascer, entre 1991 e 2004, teve um incremento de 4 anos, com as mulheres em situação bem mais favorável que a dos homens (70,9 para 75,5 anos, no caso das mulheres, e 63,2 para 67,9 anos entre os homens). Além disso, a taxa bruta de mortalidade, que representa a freqüência de óbitos em uma população, caiu de 6,8%, em 1991, para 6,3%, em 2004. A taxa de fecundidade total manteve sua tendência de declínio. :::

Procure o IBGE por meio de vários canais de atendimento, inclusive pela Rede de Agências, composta de cem unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussui nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Concurso Mundial de Construção Sustentável

Divulgação



Oliveira Lima entre os membros da delegação brasileira e os premiados pela Holcim Awards na etapa da América do Sul

No último 25 de abril aconteceu a entrega do Holcim Awards, em Bangcoc, na Tailândia, a maior premiação em dinheiro para projetos de construção sustentável.

A cerimônia de premiação, que reuniu 700 convidados de 50 países, contou com a presença do coordenador do Comitê da Cadeia Produtiva da Construção Civil, da Fiesp, José Carlos Oliveira

Lima, que também preside o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento (Sinaproccim) e o Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo.

O concurso promovido pela Holcim Foundation for Sustainable Construction valoriza projetos inovadores, comprometidos com a sustentabilidade do ambiente construído, analisa Oliveira Lima, que participou da comitiva brasileira em Bangcoc integrada, entre outros, pelos empresários Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Severino Marques Fernandes Filho, diretor de Tecnologia de Materiais e Serviços da Construtora Odebrecht; João Batista Tiezze, diretor da Pré-Moldados Protendit; e Demetre Basile Anastassakis, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

::

VOÇÊ PERDEU ESTE CURSO? AINDA É TEMPO!

APM Webcast

Transferindo conhecimento para
Gestores Públicos.

www.apaulista.org.br



www.apaulista.org.br

Acesse o site da
Associação Paulista de
Municípios e assista ao
curso ministrado pela
dra. Cibele Rumel, da
Gaprohab.

1.540 pessoas já
participaram do primeiro
curso on-line do Programa
APM Webcast, sobre
Plano Diretor.
Aguarde a divulgação dos
próximos cursos.

Frente Parlamentar das Hidrovias

No início de maio, foi lançada a Frente Parlamentar das Hidrovias na Assembléia, iniciativa do deputado João Caramez, que contou com a adesão de 21 parlamentares.

O evento reuniu, além de parlamentares, autoridades dos governos estadual e municipal e representantes da sociedade civil.

O parlamentar justificou a criação da frente pelo fato de que a crescente movimentação de pessoas e mercadorias tem feito as nações buscarem alternativas de transporte de menor custo e maior eficiência.

O potencial hidroviário está sendo desenvolvido em diversos países que encontraram nele muitas vantagens. No entanto, o Brasil ainda subutiliza seu potencial hidroviário, que é enorme. No Estado de São Paulo, segundo o deputado, tem havido fortes investimentos na construção e manutenção da hidrovia Tietê-Paraná, mas ela transporta apenas 20% da sua capacidade.

Durante a apresentação da proposta, foram colocados seus principais objetivos e os investimentos do governo ao longo dos últimos 20 anos, quando

teve início o seu incremento para o transporte de cargas.

A utilização racional e integrada dos recursos hídricos do Estado de São Paulo para o transporte de cargas e passageiros também foi avaliado por técnicos e pelos secretários estaduais presentes.

Composta de deputados, lideranças municipais, técnicos e representantes de entidades públicas e privadas, a Frente inicia seus trabalhos no começo de junho, quando ocorre a primeira reunião para definição de metas que visam o seu encaminhamento. ::

**TEMOS O PRAZER DE APRESENTAR
A ECONOMIA PARA O SEU BOLSO...**

6 MICROS EM 1



- O Six System transforma seu computador em seis, onde seis usuários poderão usá-lo simultaneamente.
- Economia de 5 PCs, 5 licenças do sistema operacional, inclui pacote office nos 26 aplicativos.
- Indicado para órgãos públicos especialmente Prefeituras Municipais, além de: escolas, telecentros, empresas de telemarketing e outras que queiram obter grande economia preservando a relação custo x benefício.



**400.000 Máquinas Vendidas
com o Insigne Linux instalado.**

O Prazer de Ser Livre

www.insignesoftware.com Fone: 0xx19 3213 2100



Convênios firmados: aspectos de interesse

Sérgio Ciqueira Rossi e Sérgio de Castro Jr.

Instrumento de cooperação onde há interesses convergentes, posto que a todos os convenientes anima o mesmo propósito de servir ao interesse público, o Convênio pode ser firmado tanto entre entes e entidades públicas, como também envolver pessoas jurídicas de direito privado (“Terceiro Setor”), figurando, inclusive, como uma das mais usuais formas de participação da sociedade civil na execução de atividades públicas.

É a maneira pela qual se dá, efetivamente, o repasse de recursos financeiros destinados a subsidiar ações públicas desenvolvidas em conjunto, sendo que o texto constitucional, em diversos dispositivos, revela a adoção de tal mecanismo de colaboração: art. 23, parágrafo único; art. 39, § 2º; art. 71, inciso VI; art. 199, § 1º e art. 241.

A par do Diploma Maior, têm-se outros importantes instrumentos a subsidiar o estudo dos Convênios: o Decreto-Lei Federal nº 200/67, em seus artigos 10, § 1º, alínea ‘b’ e § 5º, 156, § 2º, 160 e 166; a Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 116, bem como a Instrução Normativa STN nº 01, de 15/01/1997.

Não obstante tenha em comum com o Contrato o fato de ser um acordo de vontades, o Convênio possui características próprias, sendo que o principal aspecto diferenciador parece ser o concernente aos interesses que, no Contrato, são opostos e contraditórios, enquanto no Convênio são recíprocos e confluentes.

No tocante à necessidade da realização de certame licitatório para firmar Convênios, parece-nos que sua celebração independe de prévia licitação. De fato, não há obrigações entre cooperados; pelo menos, não no sentido

jurídico da expressão. Por outro lado, é evidente que os Convênios não podem ser utilizados para contratar serviços junto à iniciativa privada, os quais, por sua natureza, estariam sujeitos ao ordinário processo de licitação; não se admite a utilização da “forma” Convênio para, indevidamente, se evadir da obrigatoriedade de realização do necessário certame licitatório, sob pena de infringência à norma constitucional prevista no artigo 37, inciso XXI da Carta Republicana; se do ajuste resultarem interesses contrapostos e obrigações recíprocas, ter-se-á Contrato, independentemente do nomen juris adotado, e, por consequência lógica, a licitação será obrigatória.

Outra questão de relevante interesse a ser analisada é a concernente à necessidade de autorização legislativa

Não há obrigações entre cooperados; não no sentido jurídico da expressão. É evidente que os Convênios não podem contratar serviços junto à iniciativa privada

para que se possa firmar um Convênio. A redação do § 2º do art. 116 da Lei de Licitações torna claro que convênio é matéria estritamente administrativa e que a Administração, após estabelecê-lo, tão-somente dará ciência ao Legislativo. Ademais, o STF já se pronunciou acerca da matéria e vem decidindo que é inconstitucional a norma que exige autorização

legislativa para que se firme um convênio, notadamente, por ferir a independência dos Poderes (ADI 770, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 20/09/2002).

Todavia, é de se destacar que, com o advento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atendendo às condições estabelecidas na

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e estar prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou em seus créditos adicionais; nesse sentido é o artigo 26 do citado diploma legal. Note-se que o dispositivo em comento regula a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, nada mencionando acerca da celebração de convênios, razão pela qual não conflita com o entendimento sufragado pelo STF; ou seja, a autorização legal reclamada pela LRF não é exigência para a assinatura do Convênio, mas sim para determinadas espécies de repasses para o setor privado: aquelas destinadas a cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas.

Assim, a destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas só poderá se concretizar, além da previsão na LDO e na LOA, mediante lei específica, podendo se viabilizar através de determinados programas, como o renda-mínima e o bolsa-escola; da mesma forma, a destinação de recursos para cobrir déficit de pessoas jurídicas também deverá ser precedida de lei específica, até mesmo porque não há como prever, quando da elaboração da LDO, a ocorrência ou não de déficit de uma determinada pessoa jurídica, tampouco sopesar sua quantificação. Nessas situações, a obrigatoriedade de lei específica mostra-se salutar, por constituir instrumento de transparéncia da gestão governamental, em estrita observância aos princípios da legitimidade, moralidade e publicidade, evitando-se, assim, que entidades “fantasmas” ou altamente lucrativas sejam beneficiadas em detrimento de outras sem fins

lucrativos e de caráter filantrópico.

Por outro lado, outras espécies de repasses não alcançadas pelo art. 26 da LRF parecem prescindir de lei específica, desde que devidamente previstas na LDO e na LOA: é o caso das destinações de recursos para entidades de caráter social, cuja atividade é voluntária e sem finalidade lucrativa, situação em que os repasses estatais configuram verdadeiro fomento a ações de interesse público.

Finalmente, no que tange à sua fiscalização, é de se observar que, sem prejuízo do sistema de controle interno existente nos órgãos e entidades da Administração Pública, ao Tribunal de Contas competente cabe realizar o controle das despesas decorrentes de convênios; esse, inclusive, é o teor do artigo 113 da Lei de Licitações. No Estado de

São Paulo, a competência do Tribunal de Contas para acompanhar, fiscalizar e julgar convênios vem delineada no art. 2º, incisos X e XVII da Lei Complementar nº 709, de 14/01/1993 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Destaque-se, ainda, que há outras formas de controle diversas daquela realizada pela Corte de Contas (inclusive, quando incitadas por cidadãos ou entidades civis, nos termos do artigo 74, § 2º da Constituição Federal), tais como o controle parlamentar (previsto no artigo 49, inciso X da Constituição Federal e comumente reproduzido nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais), bem como o controle jurisdicional que, através das cabíveis ações previstas no ordenamento jurídico, poderá ser desencadeado pelos cidadãos, associações e Ministério Público.

Sérgio Ciqueira Rossi
Secretário-Diretor Geral
do Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Sérgio de Castro Jr.
Agente da Fiscalização
Financeira do Tribunal
de Contas do Estado de
São Paulo

“Me engana que eu gosto”

Por Claudio Manesco



Evandro Rodrigues

Ecum, às vésperas de pleitos eleitorais, associações de classe reunirem os candidatos para falar sobre os planos relacionados ao setor que representam. Nas eleições presidenciais de 2002, uma dessas associações fez uma extensa agenda, na qual se destacaram reuniões com os presidenciáveis.

Começava o mistério: coincidência ou não, todos os candidatos chegavam

à reunião com a exata dimensão do que a platéia queria ouvir. Pareciam ter lido os corações e as mentes dos ouvintes, tal era a exatidão com que explicitavam anseios – que muitas vezes os próprios participantes não conseguiram expor com tanta clareza.

Um a um, os candidatos fizeram o seu show. Uns mais simpáticos, outros um tanto quanto arrogantes –

afinal o ego de alguns desses postulantes à Presidência da República é maior que o mundo. Mas o fato é que todos foram recebidos com atenção e aplaudidos de forma calorosa.

Realizados os eventos, os membros da diretoria da tal associação resolveram fazer uma análise sobre os candidatos e seus posicionamentos acerca dos problemas setoriais. Nesse dia, o enigma foi desfeito por um

dos diretores, caboclo interiorano – daqueles que não têm travas na língua e que capricham nos erros e na “concordância” para, ferinamente, descrever a inusitada situação.

“Iguar nós, só nós mesmo”, asseverou com firmeza. “A gente resorve discutir com os candidatos sobre o que eles pensam de nós, mas antes a gente recebe um assessor de cada um e conta tintim por tintim o que a gente quer ouvir. Eles vem, faz a lição de casa, fala bonito e nós aplaude feito uns tonto. Eles vão embora e a gente não tem a mínima idéia do que eles pensam de verdade sobre nós e o nosso negócio.”

Perplexos, os seus pares ouviram a explicação. Passada a perplexidade, veio a gargalhada. Tudo virou brincadeira e nas próximas eleições, provavelmente, a história deve se repetir. Uns fingem que falam, outros que ouvem – e há ainda quem acredite. E assim a vida segue... ::

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilhem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrista@terra.com.br



EQUIPAMENTOS | PEÇAS | SERVIÇOS | COMPONENTES À BASE DE TROCA

Amplytude

Equipamentos
Rodoviários



Espagidor Hidrostático
Romanelli EHR600



Usina de Micro-Pavimento
Romanelli UHR700

Tanque
Multi-Aplicação
DAMAEQ



Equipamento para
Tapa-Buracos
Romanelli TBR500



Vassoura Coletora Hidráulica
Romanelli VHR 1800T



Micro Caminhão
Baby II - Gamma Cobra
Coleta de Lixo / Seletiva
e outras versões



Torre de Iluminação
Rebocável Gammaligth
Force 8 Gamma Cobra



Coletores Compactadores de Lixo
DAMAEQ - 6/8/10/12/15/19/21 m



Multi Distribuidor de
Agregado Romanelli
MDR 12



Cortador de Pisos
Gammaweb
Gamma Cobra



Lean Dumpers
Gamma Cobra

Tanque para Água / Pipa
Itaipú - Impacto



Auto-bomba Tanque
Rápido DAMAEQ.
Consulte as opções
ABT, AR, AT



Limpadora de Praia
Gamma Cobra HM

Comboio de Abastecimento e Lubrificação
Exitus - Impacto



Oficina Volante
Carajás - Impacto



Usina de Lama Asfáltica
LAHR500-Romanelli



FONE / FAX: (11) 6674-8111

Rua Engenheiro Cestari, 229 - Vila Invernada - São Paulo - SP - Cep: 03349-000
www.amplytude.com.br | amplytude@amplytude.com.br

Distribuidor Autorizado



Uma turma como esta, todo professor aprova.

**Ideal
Rupolo**
MÓVEIS



- Sistema inteligente para alimentação, com segurança e conforto do bebê
- Atestado e 100% aprovado nos testes de laboratório da UNICAMP
- PRODUTO PATENTEADO



Show room e vendas: Rua Tiradentes, 371- Esp.Santo do Pinhal - SP
(19) 3651-1947 - www.idealrupolo.com.br - idealrupolo.vendas@uol.com.br